

Fiesp exige muito do governo

O presidente da Federação das Indústrias de São Paulo, Mário Amato, entregou, em nome de um grupo de 80 empresários paulistas, ao presidente do Congresso, senador Nelson Carneiro, um documento com propostas para um programa mínimo de governo "que assegure a estabilidade institucional e garanta a evolução normal do processo sucessório". No projeto, os empresários exigem muito pouco de si mesmos, nada dos trabalhadores e muito do governo.

De acordo com assessores da Confederação Nacional das Indústrias, o gesto dos empresários foi para marcar posição de apoio ao Congresso, e demonstrar um distanciamento do governo, a quem só voltam a procurar quando houver mudanças na equipe econômica. Ou seja, querem a demissão dos ministros da Fazenda e do Planejamento. Algumas medidas que prevaleceram no documento já constavam do trabalho que haviam elaborado em conjunto com o deputado Ricardo Fiúza.

Sugestões — As sugestões dos empresários não aproveitadas no projeto de Fiúza são: reduzir os efetivos de pessoal até o máximo constitucional de gastos no limite de 65% da arrecadação; garantir a confiabilidade e a independência dos órgãos que aferem o indexador da economia; assegurar à nação

que títulos públicos serão honrados nos seus prazos de vencimentos e que a moeda não será aviltada, mediante rigoroso controle da expansão monetária.

E ainda: garantir gestão profissional para as empresas estatais produtivas, com determinação explícita para que sejam administrados seus débitos e déficits sem aportes ou socorros por parte do poder público. Corrigir a política cambial e manter um alinhamento realista. E, por fim, assegurar que os fundos sociais terão a sua aplicação restrita à finalidade para os quais foram criados.

Ao Congresso deve caber, segundo os empresários: fiscalização do cumprimento das metas de austeridade; compromisso de não propor ou aprovar qualquer aumento de dispêndio global além do que já consta no orçamento de 1989; garantia para os salários das classes trabalhadoras, nas faixas de menor renda, de forma a garantir seu poder aquisitivo. Aos empresários, cabe: continuar investindo, com recursos próprios, nas suas atividades econômicas; apoiar uma política de liberação progressiva das importações através da redução dos ônus que sobre ela recaem atualmente. E, finalmente, apoiar a política de corte de subsídios e incentivos dentro do limite constitucional.